



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0011713-40.2011.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**  
 Requerente: **Kamal Nacrur**  
 Requerido: **Fazenda Publica Municipal de São Carlos Prefeitura Municipal de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

KAMAL NACRUR propôs esta ação anulatória de arrematação judicial contra o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e MICHAEL DOUGLAS DE OLIVEIRA ALVES, com pedido de antecipação de tutela, alegando, em síntese, que, embora somente tenha sido reconhecida a sua incapacidade em 2011, já se apresentava incapaz de gerir sua vida durante o curso da execução contra si ajuizada, sendo que nesta houve a arrematação do imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Conde do Pinhal, nº 1556, por preço vil, razão pela qual requer a procedência do pedido, reconhecendo-se a nulidade da arrematação.

O Ministério Público se manifestou (fls. 122), opinando pela concessão parcial da tutela antecipada.

A liminar foi parcialmente deferida, acolhendo-se o parecer do MP (fls. 125/126).

O Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 142/154), alegando a ocorrência de preclusão. Sustenta que não há qualquer data precisa mencionando o momento em que o autor seria absolutamente incapaz para a prática dos atos da vida civil, tendo em vista que a sentença nada declarou a esse respeito, declarando-se, apenas, a incapacidade absoluta do requerente, em 21 de fevereiro de 2011. Alegou, ainda, que o efeito deste tipo de sentença, em regra, é ex nunc, sendo ex tunc somente se declarado no ato, o que não ocorreu, sendo que somente em 2010 foram efetivados os atos derradeiros no processo de execução, como o leilão, em que houve a arrematação de apenas um dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

imóveis de propriedade do autor. Afirmar, ainda, que a sentença de interdição nada mencionou a respeito de fatos pretéritos e, por não haver provas robustas, não há que se falar que o demandante era incapaz para praticar os atos da vida civil antes de fevereiro de 2011.

Michael Douglas de Oliveira Alves apresentou contestação (fls. 213/223) alegando que não houve a comprovação de incapacidade absoluta do autor ao tempo da arrematação, bem como que o preço não é vil. Aduz, também, a preclusão, uma vez que não se usou o benefício previsto no §1º, do artigo 13 da Lei 8.630/80. Afirmar, finalmente, a sua boa fé na qualidade de arrematante do imóvel praxeado.

Réplica a fls. 363/372.

O feito foi saneado a fls. 392, e as preliminares, afastadas.

Foi juntado o Laudo Psiquiátrico do IMESC às fls. 460/471, tendo às partes se manifestado sobre ele (fls. 474/476, 478/480, 482 e 483).

Juntou-se o Laudo de Avaliação do imóvel (fls. 509/529), as partes se manifestaram e Michael Douglas de Oliveira Alves requereu a sua complementação (fls. 532/535), tendo sido respondidos os quesitos complementares às fls. 596/604, que também foram impugnados (fls. 612/615).

O laudo pericial foi admitido e se declarou encerrada a fase de instrução (fls. 620).

Michael Douglas de Oliveira Alves interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão de fls. 620 (fls. 632), tendo o E. Tribunal de Justiça de São Paulo não conhecido do recurso (fls. 648).

Foram apresentados memoriais (fls. 623/630, 654/667, 672, 674/678).

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Observo, inicialmente, que, embora o requerido Michel tenha questionado o laudo pericial, bem como a imparcialidade do perito, não comprovou as alegadas irregularidades, conforme já se argumentou na decisão de fls. 621. Note-se que os valores foram calculados estatisticamente, tendo sido admitida a deterioração, utilizando-se cálculos técnicos para se computar esta variável, sendo certo que o Município requerido



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

concordou com a perícia judicial, cujo valor encontrado será utilizado como parâmetro por este Juízo.

No mais, o pedido não comporta acolhida.

A sentença de interdição, como regra, produz efeito *ex nunc*, conforme estabelece o artigo 1.773 do Código Civil. Sendo assim, o reconhecimento da incapacidade em momentos anteriores à sentença - sob a alegação de que a incapacidade estaria presente à época da prática de atos anteriores envolvendo o interdito (e, deste modo, comprometendo a validade deste ou daquele ato), dependeria de demonstração, caso a caso, conforme entendimento que também se extrai da jurisprudência:

**INTERDIÇÃO. PROVA. EFEITOS DA DECRETAÇÃO DE INCAPACIDADE. IRRETROATIVIDADE.** 1. Como regra, todas as pessoas maiores são capazes de praticar os atos da vida civil. Art. 1º a 5º do CCB. 2. A sentença de interdição, que limita a capacidade civil, gerando gravíssimas consequências para o interditando e para terceiros, reclama prova cabal da incapacidade e a sentença tem efeito imediato. Inteligência do art. 1.773 do CCB. 3. Somente quando ocorre o comprometimento das faculdades mentais é que se justifica a interdição, tendo o instituto um caráter nitidamente protetivo da pessoa, razão pela qual os atos por ela praticados depois da sentença são nulos. **4. Os atos praticados antes da sentença são apenas anuláveis e dependem de cabal demonstração de terem sido praticados em momento de insanidade.** Recurso desprovido. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70017691791, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 14/02/2007).

No presente caso, ainda que a sentença de interdição do requerente tenha sido prolatada apenas em fevereiro de 2011 - conforme fls. 117/118 -, restou evidenciado que ele não possuía plena higidez mental desde 28/01/2010.

Neste sentido é a conclusão do Laudo Psiquiátrico de fls. 460/471, que atestou que o requerente é portador de Síndrome de Dependência Alcoólica (CID 10 - F10.2) e mantém o uso diário de álcool, sendo que “o quadro é crônico, com evolução de longa data, e segundo documentação médica dos autos, desde 28/01/2010 (data de ressonância magnética do crânio) já apresentava inaptidão para reger sua pessoa e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*administrar seus bens, sendo que foi interditado no ano seguinte”.*

Ressalte-se que a interdição inviabiliza a prática, sem representação, de atos da vida civil, sendo que o tributo aqui cobrado diz respeito a "Multa Construção de Muro", tendo o executado, ora autor, juntado, nos autos da execução (fls. 34) procuração (fls. 34), em 31 de agosto de 2000, sendo considerado citado a partir daquela data, tendo o imóvel sido avaliado em setembro de 2000, por oficial de justiça, em R\$ 20.000,00.

O executado, quando ainda não estava com as faculdades mentais absolutamente comprometidas, juntou nova procuração, em 08 de maio de 2003 (fls. 77) e nada mencionou sobre o valor da avaliação, tendo efetuado parcelamento administrativo, tanto que o credor requereu a suspensão do processo (fls. 80) e, posteriormente, o prosseguimento do feito, com a designação de novo leilão (fls. 86), se tendo tentado a intimação pessoal do executado, ocasião em que o oficial de justiça informou a sua genitora (fls. 100), publicando-se o edital na sequência (fls. 102).

O executado juntou nova procuração, em 10 de outubro de 2007 (fls. 157, dos autos da execução), quando ainda não estava absolutamente incapaz, tendo o imóvel sido reavaliado pelo Sr. Oficial de Justiça, em R\$ 40.000,00 (fls. 163 – dos autos da execução) e seu advogado sido intimado das datas dos leilões, em 26/02/09 (fls. 166), mais uma vez silenciando sobre o valor atribuído ao imóvel, tendo as duas hastas sido novamente negativas (fls. 169/170).

O imóvel foi reavaliado uma última vez (fls. 194), em 28 de abril de 2010, dando-se ciência do leilão à tia do autor/executado, bem como ao seu patrono, da data dos leilões (fls. 196, dos autos da execução), em 22/06/2010, tendo o imóvel sido arrematado em 12/07/10, por lance 100% acima ao valor da avaliação feita pelo senhor oficial de justiça.

É certo que, nestes autos, o perito judicial apurou que o valor do bem à época, seria R\$ 120.736,94, conforme laudo apresentado (fls. 510/529), tendo havido a arrematação pelo valor de R\$ 49.000,00 (fls. 202 – dos autos da execução), que correspondem a aproximadamente 40% do valor apurado pelo perito judicial. Contudo, há que se levar em conta que houve inúmeras tentativas de alienação judicial do bem, sem êxito e, na época, vigia o Código de Processo Civil de 1973, que não estabelecia valor



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mínimo a partir do qual se consideraria o preço oferecido com vil, como ocorre hoje, no artigo 891 do novo CPC, sendo que a jurisprudência admitia valores inferiores, dependendo do caso concreto.

Diante deste contexto, em que o executado teve várias oportunidades de questionar o valor da avaliação, quando ainda possuía capacidade para os atos da vida civil, notadamente a constituição de advogado e, levando-se e conta que houve inúmeras tentativas de alienação judicial ocorreram, sem êxito, descaracterizando o valor da arrematação como vil, não se apresenta razoável a anulação da hasta pública, sendo certo que o valor do tributo a saldar não é alto e o autor/executado ainda poderá levantar o saldo remanescente, atualizado.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, mantendo-se a arrematação do imóvel de matrícula nº. 40.426.

Prossiga-se com a execução, devendo o autor ser representado, naqueles autos, por sua curadora, Sra. Sueli Carmargo Neves, com intervenção do Ministério Público, conforme prevê o artigo 178, II do Código de Processo Civil, cuidando a Serventia para a correta intimação de ambos.

Condeno o autor a arcar com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, sobrestada a execução de tais verbas, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, por ser beneficiário da A. J. G.

P I

São Carlos, 22 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**